

Oração adjetiva cortadora: análise de ocorrências e implicações para o ensino de português¹

Edvaldo Balduino BISPO
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: *Consiste este trabalho da investigação de uma forma particular de organização da oração relativa, mais especificamente a denominada relativa cortadora, aquela em que ocorre um “corte” do sintagma nominal relativizado e da preposição que precede o pronome relativo. Focalizo a recorrência a essa estratégia de relativização à luz da perspectiva funcionalista norte-americana, de modo a verificar em que medida a eliminação da preposição atende a um princípio de natureza pragmático-discursiva. Como resultado, constatei que aspectos de codificação e processamento estão envolvidos na frequência de uso dessa construção. Apresento, ainda, possibilidades de aplicação das noções aqui discutidas nas aulas de língua portuguesa.*

Palavras-chave: *cortadora; relativização; expressividade; funcionalismo.*

INTRODUÇÃO

A investigação dos processos de relativização tem sido objeto de vários estudos, mas questões sempre há que merecem ser discutidas, aprofundadas e/ou melhor explicadas. Parece-me ser este o caso das relativas cortadoras, que, ao lado das copiadoras, convivem com o modelo canônico de estruturação da adjetiva segundo descreve Perini (1998). A comunicação espontânea revela diversas situações em que o uso de orações adjetivas dá-se em desacordo com o que prescreve a norma padrão. Isso ocorre sobremaneira quando, por exemplo, o pronome relativo

¹ Este artigo representa versão preliminar de parte de minha pesquisa de Doutorado em LA pela UFRN. Essa pesquisa, por sua vez, constitui uma continuação de minha dissertação de Mestrado, intitulada *Relativa copiadora: uso, regularização e ensino*, UFRN, 2003.

(introdutor da cláusula² adjetiva) assume função preposicionada – objeto indireto, complemento nominal ou adjunto adverbial, como ocorre em (1) e (2):

(1) “um filme que eu vi ... **que eu gostei muito** ... mas me lembro poucas coisas ...” (Língua falada, ensino médio. Furtado da Cunha, 1998, p.232);

(2) “... então nós tínhamos um professor **que nós não gostávamos dele**...era um professor de mecanografia e ele era louco ...” (Língua falada, ensino superior. Ibid., p.51).

Como é possível perceber, nessas duas ocorrências o relativo está na função de complemento preposicionado, mais especificamente objeto indireto, como definido pela gramática normativa da língua portuguesa. No primeiro exemplo, omite-se a preposição regida pelo verbo (no caso, *de*), ao passo que na outra ocorrência, a preposição é mantida na posição pós-verbal, havendo, porém, a repetição (cópia) do antecedente do relativo por meio de um pronome correferente (*ele*). Se se obedecesse ao que prevê o uso padrão da língua, teríamos o seguinte:

(1a) um filme que eu vi ... *de que gostei muito*; e

(2a) ... então nós tínhamos um professor *de quem não gostávamos*...

Tais exemplos apontam para a necessidade de uma abordagem dessas formas de organização da oração adjetiva, visto que elas podem ocorrer de maneira regular em diversas situações de comunicação. Nesse sentido, este trabalho objetiva tratar da recorrência à relativa denominada cortadora, de que (1) é um claro exemplo, comparando-a às ocorrências da copiadora e da canônica, com vistas a dar

² Emprego o termo cláusula, neste trabalho, para designar a oração simples, seja ela principal ou subordinada. Assim, oração e cláusula serão tomadas aqui como sinônimas.

conta de algumas questões, tais como: Que fator(es) motiva(m) a recorrência à cortadora em detrimento da RPP? Essa estratégia de relativização é ou não uma estrutura marcada em relação à sua correspondente padrão? O uso da cortadora revela motivação icônica ou não? Em que medida o nível de escolaridade interfere na recorrência a esse tipo de construção oracional? Com que tipo(s) de pronome relativo a cortadora é mais comum e em que tipo de modalidade de texto (oral ou escrito)? Qual(is) a(s) preposição(ões) omitida(s)? Para tanto, utilizar-me-ei do referencial teórico do funcionalismo de orientação givoniana, partindo da hipótese de que os princípios de marcação, iconicidade e o de expressividade podem dar conta dessa forma alternativa de construção relativa.

Os dados que aqui apresentarei são provenientes do *Corpus Discurso & Gramática* – a língua falada e escrita na cidade do Natal. Publicado em 1998, o *Corpus D&G* Natal compõe-se de textos orais e escritos produzidos, em situação de entrevista, por informantes de diversas faixas etárias e níveis de escolaridade, na década de 1990, por ocasião de coleta. Foram entrevistados vinte informantes, sendo quatro deles da Alfabetização, quatro da quarta e quatro da oitava séries do Ensino Fundamental, quatro da terceira série do Ensino Médio e quatro do último período do Ensino Superior, em nível de graduação. Desse universo, pesquisei textos de seis informantes, sendo dois deles concluintes do Ensino Fundamental, dois concluintes do Ensino Médio e dois concluintes do Ensino Superior. Os textos analisados têm uma versão oral e outra escrita, produzida pelos mesmos informantes, que escolhiam o assunto sobre o qual iam falar/escrever a partir de cinco configurações textuais prototipicamente definidas: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. A opção por esses informantes se deveu ao fato de estarem no último estágio de cada nível de ensino e, portanto, possuírem certo

conhecimento do uso formal da língua, o que implica dizer que desviam do padrão por uma questão de escolha.

Além de analisar a recorrência às cortadoras por parte dos falantes, apresento, ao final, sugestões de aplicação em sala aula das noções discutidas neste trabalho.

CONCEITUANDO A ORAÇÃO RELATIVA

Para se fazer qualquer discussão acerca das orações adjetivas, é preciso inicialmente caracterizá-las. Nessa tarefa, recorri a Cunha e Cintra (1985), que trazem uma definição das adjetivas utilizada por muitos lingüistas e outros estudiosos da língua, seja numa perspectiva funcionalista (Kenedy, 2002; Oliveira, 2001) ou formalista (Perini, 1998; Perroni, 2001) de abordagem da linguagem. Em seguida, exporei sucintamente as estratégias de relativização em português.

Com base em Cunha e Cintra (1985, p.586), “as ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS vêm normalmente introduzidas por um PRONOME RELATIVO, e exercem a função de ADJUNTO ADNOMINAL de um substantivo ou pronome antecedente”. Eis exemplos apresentados pelos próprios autores:

- (3) Era uma cachopa um tanto atarracada, **que usava meias palmilhadas e anéis de latão**. (Cunha e Cintra, 1985, p. 587)
- (4) Na petição de privilégio **que então redigi** chamei a atenção do governo para este resultado, verdadeiramente cristão. (idem, ibidem)

Ainda de acordo com Cunha e Cintra (1985, p.588-89),

Quanto ao sentido, as SUBORDINADAS ADJETIVAS classificam-se em RESTRITIVAS e EXPLICATIVAS.

1. As RESTRITIVAS, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e, como se ligam ao antecedente sem

pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula.

2. As *EXPLICATIVAS* acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. Mas, por isso mesmo, não são indispensáveis ao sentido *essencial* da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula.

Kenedy (2002), numa abordagem funcional das adjetivas, corrobora a definição/caracterização apresentada pelos autores acima, afirmando que “A cláusula relativa é uma construção de valor adjetivo ou apositivo que faz referência a um elemento nominal, com o objetivo de lhe delimitar a extensão significativa, restringindo ou comentando o conteúdo semântico nele contido” (p.2).

Sob a perspectiva das diferentes formas por meio das quais é possível estruturar a cláusula relativa em português, seja ela restritiva ou explicativa, Tarallo (1983), investigando o fenômeno na variante falada na área urbana de São Paulo, numa abordagem formalista, apresentou três tipos diferentes de cláusula relativa.

O primeiro tipo, denominado pelo autor *variante com lacuna*, assemelha-se a sentenças relativas encontradas na língua escrita padrão, e é assim chamado por apresentar uma lacuna na posição do SN relativizado, ou melhor, na posição que ele ocuparia dentro da relativa, como vemos em (5):

(5) Tem as **que** (___) *não estão nem aí, não é?*

Nessa situação, a lacuna existente, para o autor, se deve exatamente à ausência do SN antecedente (*as* = aquelas) na oração relativa, em que assumiria a função de sujeito.³

³ Essa análise é compatível com a Teoria Padrão (da Gramática Gerativa), mas não corresponde à visão que utilizo neste trabalho. A meu ver, não existe lacuna no exemplo referido (5), pois a função de sujeito da cláusula adjetiva está representada pelo relativo QUE.

O segundo tipo encontrado apresenta a posição da lacuna preenchida por uma forma pronominal correferente com o SN núcleo da relativa, como se pode notar em (2) acima. É a chamada *relativa copiadora*, conforme notou Kato (1996) e como a denomino neste trabalho. Nesse caso, o SN relativizado ocuparia, na cláusula relativa, a posição de objeto, representado pelo pronome correferente *ele*, que está “copiando” o referente do relativo.

O terceiro e último tipo ocorre apenas quando o SN relativizado é o objeto de uma preposição. Nesse tipo, denominado *relativa cortadora*, estão ausentes a preposição regente e o SN relativizado. O exemplo (1), apresentado acima, retrata uma ocorrência desse tipo. Note-se que a ausência desses elementos é nitidamente percebida ao comparar (1) com a copiadora correspondente, mostrada em (1b).

(1) “um filme que eu vi ... **que eu gostei muito** ... mas me lembro poucas coisas ...”

(1b) um filme que eu vi ... *que eu gostei muito dele* ...

Para casos como esse, Tarallo faz notar que a norma padrão prescreve o uso de *piedpiping*,⁴ doravante relativa padrão preposicionada (RPP), ficando (1) com a versão ilustrada em (1a), que repetimos a seguir.

(1a) um filme que eu vi ... *de que gostei muito*.

⁴ O *piedpiping* corresponde a uma estrutura oracional que coincide com a forma prescrita pela norma padrão, envolvendo o uso de um relativo em função preposicionada (adjunto adverbial, complemento nominal e objeto indireto), o que obriga a um deslocamento da preposição para o início da oração, conforme ocorre em (a) e (b).

a) “A inveja é um mal *contra o qual* há poucos remédios”. (Sacconi, 1999, p. 220)

b) “A senhora a *quem* cumprimentara era a esposa do tenente-coronel Veiga.” (Cunha e Cintra, 1985, p.341)

Caracterizada a cláusula adjetiva, cabe dizer que, neste trabalho em particular, o foco de atenção é a relativa do tipo cortadora.

APARATO TEÓRICO

Adoto, neste trabalho, a orientação teórica da lingüística funcional norte-americana, com base, principalmente, em Givón (1990 e 2001), Hopper e Traugott (1993), Martellota et al. (1996), Furtado da Cunha (2000 e 2001), Furtado da Cunha e Votre (1998) e Furtado da Cunha, Martelotta e Oliveira (2003). Dos princípios e categorias centrais do funcionalismo, ocupo-me, sobretudo, dos princípios de iconicidade, marcação e o da expressividade proposto por Dubois e Votre (1994) como uma reformulação do princípio de marcação.

Conforme defendem os autores acima, a estrutura que as formas lingüísticas assumem decorre da função comunicativa que desempenham na interação discursiva. Nessa perspectiva, o estudo da língua deve dar-se paralelamente ao estudo da situação comunicativa, sem o que muitas das explicações para fenômenos lingüísticos diversos não seriam possíveis. Assim, o foco de estudo consistirá nos enunciados efetivamente realizados em contextos reais de comunicação.

Na perspectiva funcionalista aqui empregada, a língua é entendida como uma estrutura maleável, visto que está sujeita às pressões do uso e se constitui de um código não inteiramente arbitrário (Furtado da Cunha, 2001). A gramática, por sua vez, define-se como um conjunto de convenções resultantes de pressões de natureza distinta, em que se sobressaem as pressões de uso (*op. cit.*). Em outras palavras, representa o conjunto das regularidades da língua. Além disso, entende-se que as regras da gramática sejam, em sua maioria, não-arbitrárias, ou melhor, motivadas, quer comunicativa ou cognitivamente.

Quanto à gramaticalização, entendo-a como um processo unidirecional por meio do qual elementos do discurso, de ocorrência menos rotineira, passam, pela frequência de uso, a assumir um emprego mais estável, previsível, entrando nas restrições da gramática. Da mesma forma, assumo a hipótese de que a gramaticalização também se ocupa das mudanças que ocorrem no interior da própria gramática, ou seja, aquelas que implicam a migração de formas menos gramaticais para formas mais gramaticais.

Outra noção básica para o funcionalismo é o princípio de iconicidade, segundo o qual há um isomorfismo entre estruturas morfossintáticas e suas funções semânticas ou pragmáticas correspondentes (Givón, 1990). Compreende ele três subprincípios, a saber: *quantidade* de informação (segundo o qual quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma lingüística); *proximidade* entre os constituintes (o qual preceitua que os conceitos mais integrados no plano cognitivo se apresentam com maior grau de ligação morfossintática); e *ordenação linear* (que estabelece que os constituintes se ordenam, no tempo e no espaço, conforme pressões cognitivas). Desse modo, a iconicidade é movida por pressões de clareza e transparência, de modo a reduzir a opacidade entre a forma lingüística e seu correlato semântico.

Em direção oposta à do princípio de iconicidade está a tendência em economizar esforço, referida por Zipf (*apud* Haiman, 1985, p.167) ao observar que “alta frequência é a causa de pequeno tamanho”, o que equivale a dizer que o que é familiar, nas línguas, recebe expressão reduzida. Nesse sentido, a dinâmica da gramática de uma língua natural está sujeita a pressões competidoras, oscilando entre motivações que ora concorrem para maior clareza, expressividade (refletidas na maior extensão do material lingüístico), ora atendem a necessidades de rapidez e economia (expressas na redução da forma lingüística).

Já o princípio de marcação diz respeito “à presença vs ausência de uma propriedade nos membros de um par contrastante de categorias lingüísticas” (Furtado da Cunha, 2001, p.60). Segundo Givón (1990), existem três critérios principais que podem ser usados para distinguir uma categoria marcada de uma não marcada, num contraste binário. São eles:

- (a) Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa – ou maior – que a não-marcada correspondente;
- (b) Distribuição de freqüência: a categoria marcada tende a ser menos freqüente, portanto mais saliente cognitivamente, que a não-marcada;
- (c) Complexidade cognitiva: a estrutura marcada normalmente é mais complexa cognitivamente (em termos de atenção, esforço mental ou duração de processamento) que a correspondente não-marcada.

Por fim, também me valerei neste trabalho de um princípio proposto por Dubois e Votre (1994), o da marcação expressiva, cuja utilização serve, entre outras coisas, para equilibrar o esforço de codificação que provocam certos aspectos de um fenômeno discursivo. Ainda de acordo com os autores, esse princípio é cognitivamente motivado em termos da expressividade e da eficácia. Desse modo, diferentemente do que acontece com a marcação tal como é descrita por Givón, um procedimento discursivo marcado expressivamente pode: (a) ser menos elaborado e menos longo; (b) ser mais freqüente; e (c) reduzir ou anular o esforço de codificação. Como se pode ver, essas possibilidades do princípio de expressividade se opõem aos critérios estabelecidos por Givón para a marcação no que diz respeito à complexidade estrutural e cognitiva e à distribuição de freqüência.

Apresentado esse quadro teórico, ocupar-me-ei agora da análise dos dados para futuras considerações.

ANÁLISE DOS DADOS

Em minha análise, apresento as ocorrências das orações relativas no *Corpus D&G/Natal*, comparando a recorrência à cortadora em relação à copiadora e à canônica. Para tanto, levei em consideração o tipo de pronome relativo empregado (QUE, O QUAL e ONDE), a modalidade de texto (oral ou escrito) e o nível de escolaridade dos informantes.

Dos seis informantes em cujos textos coletei os dados, apenas um não apresentou ocorrência da relativa cortadora e menos da metade trouxe exemplos da copiadora. Por outro lado, as canônicas, como havia de se esperar, apareceram em todos os textos. Resumidamente, a realidade encontrada na amostra do *corpus* foi a seguinte: do universo de 874 orações relativas que identifiquei, 732 (87,2%) eram canônicas; 101 (11,5%) representavam as cortadoras; e apenas 11 (1,3%) constituíam ocorrências das copiadoras.

Todavia, é preciso frisar que, para realizar um estudo adequado sobre a recorrência à oração adjetiva cortadora, não se pode comparar simplesmente o seu uso com o da forma canônica de organização da cláusula relativa, justamente porque a primeira só ocorre quando o pronome relativo assume função preposicionada, como ilustrado em (6). A canônica, ao contrário, dá-se com o relativo em quaisquer funções, sendo que, para os casos nos quais ele é precedido de preposição, a tradição normativa prevê o uso da RPP, como nos exemplos (6a) e (7). Ou seja, é com a RPP que a cortadora deve ser comparada. Por fim, uma outra forma possível de estruturar a cláusula relativa com o pronome relativo em função preposicionada seria a recorrência à copiadora, como representado em (6b).

(6) “eu vou contar um filme né ... *que o meu irmão assistiu*
... gosta muito de filme de terror ...” (Ensino Superior,
língua falada. Furtado da Cunha, 1998, p. 24)

(6a) eu vou contar um filme né ... *a que o meu irmão assistiu*

... gosta muito de filme de terror...

(6b) eu vou contar um filme né ... *que o meu irmão assistiu ele* ... gosta muito de filme de terror...

(7) “O advogado *de quem vamos falar* era uma pessoa de renome, vinha de uma família tradicional e muito rica (...)” (Ensino Superior, língua escrita. Furtado da Cunha, 1998, p. 67)

Assim, a partir do levantamento de dados a que procedi e cujos resultados há pouco expus, construí quadro demonstrativo das ocorrências das orações adjetivas com o pronome relativo em função preposicionada (objeto indireto, complemento nominal e adjunto adverbial), de modo a fazer a devida comparação.

Por esse quadro, é possível perceber que a relação entre as ocorrências da cortadora e as da RPP muda substancialmente. Como ponderei antes, a comparação da cortadora deve dar-se com o modelo padrão (RPP), justamente porque implica o relativo como termo preposicionado. Desse modo, os dados do Quadro 1 demonstram que, nessa situação, os usuários da língua portuguesa tendem a empregar a relativa cortadora em vez do modelo prescrito pela norma padrão: veja que mais de 80% das ocorrências foram do primeiro tipo, ao passo que pouco mais de 16% representam a outra forma. Isso pode ser explicado pelo fato de que a RPP envolve alteração da ordem linear da cláusula, mais precisamente o deslocamento da preposição para a esquerda (no caso, para antes do pronome relativo), fato que demanda maior esforço cognitivo tanto na elaboração (por parte do falante) quanto no processamento (por parte do ouvinte) da oração.

Em relação à modalidade de língua (falada vs escrita), nota-se que um número mais elevado da cortadora aparece nos textos falados, oscilando entre 66% e 98%. Já na escrita os percentuais variam de 27% a 71%. Essa realidade possivelmente se deve ao caráter mais formal da escrita em oposição à maior informalidade da fala. De qualquer forma,

porém, mesmo na escrita, os índices de ocorrência da cortadora são razoavelmente altos, sendo inferiores aos da relativa padrão apenas nos textos dos informantes da 8ª série.

Quadro 1: Orações adjetivas com o relativo em função preposicionada

Relativas	8ª série		Ensino Médio		Ensino Superior		TOTAL
	Fala	Escrita	Fala	Escrita	Fala	Escrita	
RPP	7 33,3%	8 72,7%	1 1,7%	2 28,6%	1 4,4%	1 50%	20 16,3%
Copiadora	--	--	--	--	1 4,4%	--	1 0,8%
Cortadora	14 66,7%	3 27,3%	58 98,3%	5 71,4%	21 91,2%	1 50%	102 82,9%
TOTAL	21 100%	11 100%	59 100%	7 100%	23 100%	2 100%	123 100%

Como as ocorrências da adjetiva cortadora, na escrita, foram em número bem reduzido, apresentá-las-ei para tecer algumas considerações.

(8) “Um dos lugares *que eu gosto de passar algumas horas do meu dia* é a UNIPEC, porque eu saio pouco de casa e lá eu estou todo dia.” (Ensino Superior, p.47)

(9) “A última experiência *que vivi* foi na última Semana Santa e foi uma das mais gratificantes *que já passei*.” (Ensino Médio, p.204)

(10) “Como se não bastasse há uma determinada hora na história *que acontece um assassinato o de um professor muito querido dos alunos da escola*.” (Ensino Médio, p.205)

(11) “Eu tive uma crise de garganta muito grande, daquelas, *que eu não podia engolir a saliva* e nessa fase ele me deu muito apoio e eu pude retribuir quando ele teve catapora, (...)” (Ensino Médio, p.266)

(12) “Em seguida eu contei outro filme *que eu gostei muito* e que na primeira vez *que eu assisti no cinema* e que fiquei lá atrás, e estava sem óculos, (...)” (Ensino Médio, p.267)

(13) “Das várias experiências *que eu passei* houve uma que eu nunca esqueço.” (Ensino Fundamental, p.315)

(14) “Eu não via a hora de chegar em casa e tomar um belo de um banho, comer dignamente e cuidar dos meus calos, os *quais os meus pés estavam cheios*.” (Ensino Fundamental, p.316)

(15) “Outro tipo de experiência *que passei* foi Quando fui fazer a 5ª série os primeiros bimestres foi super bem mais quando chegou o final do ano (...)” (Ensino Fundamental, p.334)

Nos exemplos apresentados, é possível observar que o “corte” da preposição deu-se com o relativo em três funções preposicionadas: adjunto adverbial [em (8), (10), (11) e (12)]; objeto indireto [em (9), (12), (13) e (15)]; e complemento nominal [em (14)]. Quanto à preposição “apagada”, EM foi a mais comum, com quatro dos nove casos; POR, em três das ocorrências; e DE em dois casos.

Comparando-se esses mesmos aspectos da escrita aos dados de fala, encontrei o seguinte: a cortadora ocorreu com o relativo na função de adjunto adverbial em 77 casos, sendo omitida a preposição EM; e em 16 ocorrências o relativo atuava como objeto indireto, sendo 10 com a omissão da preposição DE, 02 com a omissão de A, 02 com a omissão de POR e 02 com a omissão de COM. Em termos de nível de escolaridade, a distribuição dos papéis sintáticos e do tipo de preposição omitida foi semelhante.

Ainda a respeito do nível de escolaridade dos informantes, a realidade que encontrei em relação ao conjunto de orações adjetivas cortadoras foi a seguinte: os de nível médio apresentaram maior índice de emprego desse tipo oracional, tanto nos textos orais quanto nos escritos, 98% e 66%, respectivamente; já os da 8ª série foram os que, proporcionalmente, mais uso fizeram da RPP, superando inclusive os de ensino superior. Essa constatação revelou-se, na verdade, uma contra-expectativa no sentido de que, à medida que se eleva o nível de escolaridade do falante, é de se esperar que seja mais recorrente o uso de formas e/ou construções lingüísticas que correspondam à norma padrão

da língua. Entretanto, a exemplo do que constatei anteriormente, no trabalho sobre as copiadoras, deu-se o inverso. Como verifiquei, esse fato aponta para a necessidade de se repensar o ensino de língua materna, mais especificamente o trabalho com as orações adjetivas em sala de aula, o que será motivo de discussão na próxima seção.

Já com relação aos pronomes relativos introdutórios da cláusula adjetiva, no levantamento a que procedi, das 102 ocorrências da cortadora, apenas duas não foram encabeçadas pelo QUE: uma foi iniciada por O QUAL e outra por ONDE. Na verdade, essa imensa maioria de emprego do QUE se deu em todos os tipos de estratégias de relativização, mostrando-se, assim, não ser critério diferenciador de nenhuma estratégia.

Discutirei agora o uso da relativa cortadora à luz dos princípios de marcação e de expressividade. Para tanto, transcrevo abaixo o exemplo (9), da cortadora, seguido da relativa padrão correspondente.

(9) “A última experiência que vivi foi na última Semana Santa e foi uma das mais gratificantes *que já passei*.” (Língua escrita, ensino médio, p. 204)

(9a) A última experiência que vivi foi na última Semana Santa e foi uma das mais gratificantes *pela qual já passei*.

Considerando-se que tanto o princípio de marcação quanto o de expressividade são cognitivamente motivados e envolvem os critérios de complexidade estrutural, complexidade cognitiva e distribuição de frequência, analisarei os exemplos acima sob esses três aspectos. Em primeiro lugar, comparando-se a adjetiva cortadora destacada em (9) com a RPP presente em (9a), é possível notar que a primeira é menos complexa estruturalmente que a segunda, já que possui um elemento a menos, no caso a preposição; cognitivamente, a primeira também é menos complexa que a segunda, não apenas porque esta implica a

presença de um termo a mais, mas, e principalmente, porque envolve o deslocamento do sintagma preposicionado para antes do relativo, alterando assim a linearidade da oração. Em termos de frequência, o modelo de organização oracional da relativa de (9) se, por um lado, é bem menos freqüente que a adjetiva canônica; quando comparado à RPP, por outro lado, a cortadora ocorre com frequência bem superior (cf. quadro 1). Isso posto, é possível afirmar que a RPP é marcada em relação à cortadora (numa perspectiva givoniana de marcação): é mais complexa estrutural e cognitivamente e ocorre com menor frequência; por outro lado, a cortadora é mais expressiva que a sua correlata padrão, ou melhor, é marcada expressivamente, ou seja: é menos complexa estrutural e cognitivamente, e mais freqüente. Essa constatação se aplica indistintamente às modalidades falada e escrita da língua.

Outro ponto relevante a se considerar na relação cortadora vs relativa padrão diz respeito à natureza da motivação que possivelmente levaria o usuário da língua a optar pela primeira em detrimento da outra. Não parece tratar-se aqui exclusivamente de motivação icônica, visto que, em primeiro lugar, à maior extensão lingüística da RPP em relação à cortadora não corresponde aumento de conteúdo; do ponto de vista semântico-proposicional (9) e (9a) são equivalentes, ou seja, não há aumento de informação, apesar da presença de um morfema a mais (a preposição *por*). Essa equivalência, no caso em questão, possivelmente se deve ao fato de que já se tornou regular ou gramaticalizado, pela frequência de uso, o emprego do verbo *passar* na acepção de *experenciar*, sem utilização da preposição *por*. Assim, emprega-se corriqueira e indistintamente, *Passei um grande sufoco* ou *Passei por um grande sufoco*.

Quanto ao subprincípio de *proximidade*, o uso da relativa cortadora apresenta duas situações: por um lado, a eliminação da preposição implica uma maior integração entre o pronome relativo e seu antecedente, atendendo,

assim, ao que prevê esse subprincípio; por outro lado, considerando-se a oração relativa em si, o *corde* da preposição em nada altera a distância ou proximidade entre o verbo e seu objeto – no caso de (9) e (9a), entre *passar* e *que*, respectivamente – justamente porque, com ou sem preposição, o objeto continua antes do verbo: tanto a ordenação de (9) quanto a de (9a) seguem o seguinte padrão: *que* + *adv.* + *verbo*. Em outras palavras, como a preposição, no caso da oração adjetiva, não está entre o verbo e seu complemento, a ausência dela não modifica a integração entre esses dois termos.

Tendo assim considerado, no caso das orações adjetivas cortadoras, a questão me parece dizer respeito mais ao princípio de economia de esforço que ao de iconicidade. Isso pode ser notado claramente pelo fato de que a cortadora elimina um elemento da oração relativa, mais especificamente a preposição. Do ponto de vista cognitivo, isso significa uma redução de esforço na produção (por parte do falante/escritor) da relativa cortadora em comparação com sua correspondente padrão (RPP), já que esta envolve a articulação de um elemento a mais, isto é, a preposição.

POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Como este artigo se insere numa perspectiva da lingüística aplicada, reservo aqui um pequeno espaço para a discussão de possível utilização das noções tratadas acima nas aulas de língua portuguesa, no que se refere às possibilidades de abordagem das orações adjetivas. Para tanto, é preciso notar que a abordagem de ensino da língua aqui adotada é a da perspectiva funcionalista, conforme apresentei anteriormente (cf. Bispo, 2003). Isso acarreta, naturalmente, algumas implicações, tais como a concepção de linguagem enquanto instrumento de interação, a visão da língua como uma estrutura maleável, sujeita a pressões

de uso, sobretudo, o entendimento de que o discurso molda a gramática ao mesmo tempo em que é por ela moldado, dentre outras.

Além disso, parto do pressuposto de que, para obter um melhor resultado de seu trabalho em sala de aula, o professor deve voltar-se para as expectativas e necessidades da clientela com que vai trabalhar, respeitando suas peculiaridades no tocante à cultura, aos valores individuais e coletivos, ao uso da língua, entre outros. Nessa perspectiva, o trabalho docente se pautaria pelo ensino produtivo, partindo da descrição das formas lingüísticas empregadas pelos usuários na interação comunicativa, de modo a fazê-los perceber as regularidades que as governam para, em seguida, apresentar a modalidade padrão da língua como uma das possibilidades de emprego dessa língua, como o é a variante de que os educandos são usuários potenciais. Desse modo, o processo ensino-aprendizagem da língua portuguesa contemplaria o desenvolvimento da competência comunicativa no aluno.

Dito isso, apresento, a seguir, cinco ocorrências da relativa cortadora e duas RPP, extraídas do *Corpus D&G/ Natal*, para fazer algumas considerações.

(9) ... a outra é funciona no ... no ... na parte no noturno ... no Ferro Cardoso ... o colégio Ferro Cardoso ... *que funciona ... os primeiros anos do ... dos cursos de humanas ... da área de humanas né ...* (língua falada, ensino superior, p. 38)

(10) ... a minha vida de estudante é cheia de história ... essa foi uma delas ... foi a *que eu me lembrei agora ...* assim de imediato ... (língua falada, ensino superior, p. 51)

(11) ...tem um filme *que eu assisti que eu gostei muito ...* chamado o décimo homem ... (língua falada, ensino superior, p. 53)

(12) ... busque nele tudo aquilo *que você precisa ...* não precisa você se sacrificar para isso ... (língua falada, ensino superior, p. 66)

(13) Eu não via a hora de chegar em casa e tomar um belo

de um banho, comer dignamente e cuidar dos meus calos, *os quais os meus pés estavam cheios*. (língua escrita, ensino fundamental, p. 316)

(14) O advogado *de quem vamos falar* era uma pessoa de renome, vinha de uma família tradicional e muito rica ... (língua escrita, ensino superior, p. 67)

(15) Em alguns momentos, o vigia da clínica, José, me auxilia ou então faz alguma coisa no meu lugar nos momentos *em que eu não posso me ausentar do meu trabalho*, então ele vai em bancos e entregar contas médicas no meu lugar. (língua escrita, ensino médio, p. 268)

Em primeiro lugar, é preciso considerar que as cinco primeiras ocorrências das orações adjetivas destacadas, apesar de representarem desvios quanto à prescrição normativa, constituem exemplos vivos da cláusula relativa tão representativos quanto os itens 14 e 15, que ilustram a RPP. Esse desvio está relacionado ao “corte” da preposição *em* no exemplo (9), *de* em (10), *a* e *de* em (11) e *de* em (12) e (13), regidas, respectivamente, pelos verbos *funcionar*, *lembrar-se*, *assistir*, *gostar* e *precisar* e pelo adjetivo *cheios*.

Levando a questão para a sala de aula, o professor precisa conceber que, paralelamente à forma padrão de organização da oração relativa, existem outros modelos de organização, dos quais a cortadora é um exemplar. Também é necessário que ele leve em conta que a cada situação comunicativa corresponde o emprego desta ou daquela estratégia de construção relativa. Aliás, não precisa apenas ter essa consciência, mas, e sobretudo, fazê-la presente em sua ação pedagógica.

Para tanto, o professor pode inicialmente proceder à comparação das ocorrências da cortadora (como ilustrado de 9 a 13) com a das RPP, em 14 e 15, para observar a(s) diferença(s) entre elas, com o que os alunos perceberiam, entre outras coisas, a ausência da preposição nas do primeiro tipo. Isso feito, o professor levaria os alunos a entender o porquê da presença das preposições *de* e *em* nas relativas dos

exemplos 14 e 15, respectivamente, com uma pequena explicação sobre o regime dos verbos; do mesmo modo, levaria os alunos a refletirem se, no caso dos exemplos de 9 a 13, haveria ou não necessidade de se colocar(em) preposição(ões) antes do(s) relativo(s) e, em caso positivo, qual(is) seria(m). Ao final desse procedimento, possivelmente os alunos chegariam à versão padrão dessas cortadoras, como posto a seguir:

(9a) ... a outra é funciona no ... no ... na parte no noturno ... no Ferro Cardoso ... o colégio Ferro Cardoso ... *em que funciona ... os primeiros anos do ... dos cursos de humanas ... da área de humanas né ...*

(10a) ... a minha vida de estudante é cheia de história ... essa foi uma delas ... foi a *de que eu me lembrei agora ... assim de imediato ...*

(11a) ...tem um filme *a que eu assisti e de que eu gostei muito ...* chamado o décimo homem ...

(12a) ... busque nele tudo aquilo *de que você precisa ...* não precisa você se sacrificar para isso ...

(13a) Eu não via a hora de chegar em casa e tomar um belo de um banho, comer dignamente e cuidar dos meus calos, *dos quais os meus pés estavam cheios.*

Da mesma forma, essa comparação também poderia levar os alunos a apontar versões da relativa copiadora para esses casos, chegando a ter, por exemplo, *Eu não via a hora de chegar em casa e tomar um belo de um banho, comer dignamente e cuidar dos meus calos, os quais os meus pés estão cheios deles* para o exemplo 13.

O confronto das estratégias de relativização se daria essencialmente em atividades de reescritura de textos (inclusive os produzidos pelos próprios alunos), que constitui um campo bastante produtivo para a observação e fixação de estruturas regulares, bem como para o exercício da competência comunicativa. Conforme mostram Oliveira e Coelho (2003),

A proposta de reescritura abre espaço para o lúdico, para o jogo no ensino de língua portuguesa. Ao acrescentar, retirar, deslocar ou transformar porções ou termos da seqüência textual, estão os alunos aprendendo a manipular não só a estrutura discursiva, mas também os sentidos, os conteúdos veiculados pela mesma, desenvolvendo individual e coletivamente sua capacidade de percepção dos artifícios ou recursos de linguagem a que todos estão submetidos numa comunidade lingüística. (p. 93)

Paralelamente, o professor trataria das relações entre fala e escrita, além da questão da variação lingüística. Desse modo, associaria as ocorrências da relativa cortadora e as da RPP às situações reais de uso, vislumbrando sempre a adequação da forma lingüística ao contexto comunicativo em que ela será empregada. Com isso, os alunos poderiam perceber, por exemplo, que num texto escrito formal deva-se dar preferência ao modelo padrão, ao passo que, em situações de informalidade ou até mesmo na fala formal, o emprego da cortadora seja comum e perfeitamente aceitável.

Voltando à questão dos exemplos anteriores, tomá-los como objeto de estudo em sala de aula por meio de atividades de reescritura também possibilita ao professor trabalhar uma das mais intrigantes questões da norma padrão quanto ao ensino de língua materna: a regência, principalmente no caso das orações adjetivas, em que está envolvido o deslocamento do sintagma preposicionado para a esquerda. A partir de exercícios comparativos e de reelaboração de períodos, os alunos passariam a compreender o emprego de preposições antes dos relativos, bem como começariam eles próprios a construir adjetivas com esse recurso, quando necessário.

É válido ressaltar que esse tipo de trabalho requer do professor uma postura não discriminatória, de modo a não emitir juízo de valor em relação a esta ou àquela forma de organização da oração adjetiva, mas, ao contrário, de mostrar aos alunos as diferentes possibilidades de recursos que a

língua oferece ao usuário, incluindo nelas as formas disponíveis de construção relativa, mais particularmente a relativa cortadora.

Procedendo assim, o trabalho docente ganha outra dimensão e, ao que me parece, apresenta maior probabilidade de resultados positivos, já que passa a valorizar a realidade lingüística do aluno, partindo dela inclusive para o aprendizado e/ou sistematização de outras formas e usos da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação, mesmo que assistemática, do uso cotidiano da língua permite identificar uma série de situações que contradizem muitas das prescrições contidas em manuais de gramática normativa. Ignorá-las seria negar o caráter indiscutivelmente dinâmico da língua como estrutura “viva” que é. Nesse contingente de “desobediência à norma” insere-se a recorrência à relativa cortadora, foco deste estudo.

O que procurei fazer aqui foi uma discussão sobre o uso da adjetiva cortadora em relação à forma padrão correspondente (RPP), à luz da perspectiva funcionalista de abordagem da língua. Na análise a que procedi, pude constatar que a cortadora é marcada expressivamente em oposição ao caráter não-marcado da RPP, o que traduz uma motivação de natureza cognitiva na escolha daquela em detrimento desta.

Também apresentei sugestões de aproveitamento desse aspecto da linguagem em sala de aula por parte do professor de língua portuguesa no tratamento do período composto, mais especificamente das subordinadas adjetivas.

Por fim, como se trata este texto de um trabalho inicial de minha pesquisa de doutorado, muitas questões ainda não de surgir, bem como reformulações poderão naturalmente ser feitas. Assim, reservo aqui espaço para possíveis contribuições, comentários e/ou críticas.

REFERÊNCIAS

BISPO, E.B. *Relativa copiadora: uso, regularização e ensino*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, UFRN, Natal, 2003.

CUNHA, C.F. da.; CINTRA, L.F.L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo lingüístico: à procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Mimeo.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.) *Corpus Discurso e Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. (Org.) *Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista*. Natal: EDUFRN, 2000.

_____. Análise funcionalista de procedimentos discursivos. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. do S. (Org.). *Lingüística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

_____; VOTRE, S.J. A lingüística funcional no contexto da lingüística aplicada. In: PASSEGGI, L. (Org.). *Abordagens em lingüística aplicada*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____; MARTELOTTA, M.E.; OLIVEIRA, M.R. de. (Org.) *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. vol. II, Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. *Syntax*. vol. I e II, Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HAIMAN, J. *Natural Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HOPPER, P.; TRAUOGOTT, E. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KATO, M.A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: KATO, M.A.; ROBERTS, I. (Org.), *Português brasileiro: uma*

viagem diacrônica. Campinas: UNICAMP, 1996.

____; ROBERTS, I. (Org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

KENEDY, E. *Articulação entre cláusulas – uma abordagem funcional das relativas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Mimeo.

MARTELOTTA, M.E. et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, M.R. de. Orações adjetivas: uma abordagem funcional. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. do S. (Org.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

____; COELHO, V.W. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: FURTADO DA CUNHA, M. A., MARTELOTTA, M.E.; OLIVEIRA, M.R. de. (Org.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PASSEGGI, L. (Org.). *Abordagens em linguística aplicada*. Natal: EDUFRN, 1998.

____; OLIVEIRA, M. do S. (Org.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.

PERRONI, M.C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, v.17, n.1, p. 59-79, 2001.

TARALLO, F. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado). University of Pennsylvania, 1983.

____. The filling of the gap: pro-dop rules in Brazilian Portuguese. In: KING, L.; MAHLEY, C.A. (Ed.). *Selected Papers from the XIII Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

[Recebido em Janeiro de 2006
e aceito para publicação em novembro de 2006]

Title: *Uses of the “cortadora” adjective clause and their implications for the teaching of Portuguese*

Abstract: *This paper consists of the investigation of a particular form of organization of the relative clause, more specifically that one called relativa cortadora, in that there is a deletion of both the relativized noun phrase and the preposition that precedes the relative pronoun. I focus the use of this relativization strategy under the North-American functionalist approach, in order to verify in which way the preposition deletion obeys a pragmatic-discursive principle. As a result, I have realized that aspects of coding and decoding are involved in the use frequency of this construction. In addition, I present possibilities of applying these concepts in Portuguese language classes.*

Key-words: *cortadora; relativization; expressivity; functionalism.*